

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR № 2 /2025

Altera e acrescenta dispositivo ao art. 106 da Lei Complementar nº 34, de 25 de maio de 2011, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos de Santana de Parnaíba.

**ELVIS LEONARDO CEZAR**, Prefeito do Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santana de Parnaíba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 106 da Lei Complementar n° 34, de 25 de maio de 2011, passa a rigorar com as seguintes alterações:
"Art. 106
"§1º A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, mediante necessidade da Administração Pública.
§1º-A. Após a intimação pela Administração para retornar da licença, caso o servidor não reassuma o exercício de seu cargo no prazo legal, responderá a Processo Administrativo Disciplinar por abandono de cargo, nos termos do art. 153 desta Lei Complementar, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Santana de Parnaíba, 22 de maio de 2025.

ELVIS LEONARDO CEZAR Prefeito Municipal

Art. 2º Esta Lei Complementar en ra em vigor na data de sua publicação.

ONER SHITTING DE PERMICH 23-1911-2025 13124 (308) 1818 272



## MENSAGEM Nº 059/2025

Santana de Parnaíba, 22 de maio de 2025.

Exmo. Senhor Presidente,

Permito-me remeter a Vossa Excelência, para a apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa, o Projeto de Lei Complementar que visa alterar a Lei Complementar n° 34, de 25 de maio de 2011, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santana de Parnaíba.

O presente Projeto de Lei Complementar intenta, em seu cerne, alterar o artigo 106 do Estatuto que dispõe sobre a licença para tratar de interesses particulares, com a finalidade de possibilitar que a licença, por necessidade da Administração, possa ser interrompida, bem como, prever consequência para eventual não retorno do servidor.

Em relação à competência para apresentar proposta legislativa acerca do tema, disciplina a Lei Orgânica deste Município, em seus arts. 47, §1º, IV, e 54, VIII, bem como o Regimento Interno da Câmara desta Municipalidade, em seu art. 200, I, as hipóteses em que a iniciativa legislativa compete privativamente ao Chefe do Executivo.

A propositura em análise se refere a questões funcionais dos Servidores Municipais, e, nessas circunstâncias a iniciativa do processo legislativo é constitucionalmente privativa do Prefeito, inexistindo, desta forma, inconstitucionalidade formal (ou nomodinâmica) orgânica subjetiva na apresentação deste Projeto de Lei.

O objetivo lançado concerne a questão afeta aos servidores do Município, não se constatando inconstitucionalidade formal (ou nomodinâmica) orgânica objetiva, por não invadir competência assegurada constitucionalmente a outros entes federados, mas sim exercício regular de competência constitucionalmente prevista.

Em relação à constitucionalidade formal propriamente dita, que consiste na observância do procedimento estabelecido pela Constituição para a criação/aprovação da norma, o instrumento escolhido para esta proposição — Lei Complementar — se coaduna com as determinações constitucionais, visto que visa alterar uma outra Lei Complementar, sendo inafastável a necessidade de se seguir a mesma espécie normativa.

Estes são, em apertada síntese, os motivos que ensejam a apresentação do presente Projeto, os quais, espero, sejam suficientes para embasar a análise a ser procedida pela Colenda Edilidade, culminando com a integral aprovação da matéria.



Em razão do exposto, e ao ensejo, também solicito a Vossa Excelência, como Presidente dessa Colenda Casa, que o presente projeto seja apreciado pelos Nobres Vereadores em regime de urgência, conforme permite o artigo 43, § 1°, da nossa Carta Municipal.

Na certeza de poder contar com a costúmeira atenção desse Douto Colegiado, subscrevo-me, reiterando, nesta oportunidade, à Vossa Excelência e aos Nobres Pares, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

> ELVIS LEONARDO CEZAR Prefeito Municipal

Excelentíssimo(a) Senhor(a)

JOSÉ HUGO DA SILVA

DD. Presidente da Câmara Municipal de

SANTANA DE PARNAÍBA (SP).